V ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI MONTEVIDÉU – URUGUAI

SOCIEDADE, CONFLITO E MOVIMENTOS SOCIAIS

JOSÉ FILOMENO DE MORAES FILHO

JOSE MIGUEL BUSQUETS

Copyright © 2016 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN
Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP
Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC
Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:
Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR
Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches – UNINOVE
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)
Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF
Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDi
Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC
Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG
Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA
Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

S678
Sociedade, conflito e movimentos sociais [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UdelaR/Unisinos/ URI/UFSM /Univali/UPF/FURG;

Coordenadores: José Filomeno de Moraes Filho, Jose Miguel Busquets – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-269-9
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Instituciones y desarrollo en la hora actual de América Latina

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Interncionais. 2. Sociedade. 3. Conflito. 4. Movimentos sociais. I. Encontro Internacional do CONPEDI (5. : 2016 : Montevidéu, URU).

CDU: 34

Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

Universidad de la República
Montevideo – Uruguay
www.fder.edu.uy

V ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI MONTEVIDÉU – URUGUAI

SOCIEDADE, CONFLITO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Apresentação

Esta publicação – "Sociedade, Conflito e Movimentos Sociais" - resulta da prévia seleção de artigos, e do fecundo debate que se seguiu à apresentação oral dos trabalhos, no Grupo de Trabalho homônimo, o qual se reuniu em 9 de setembro do ano em curso, durante o V Encontro Internacional do CONPEDI, realizado em Montevidéu (Uruguai), nos últimos dias 8 a 10 de setembro.

O V Encontro – enfatizando a problemática das "instituições e o desenvolvimento no momento atual da América Latina" como tema central – permitiu que, às margens do Rio da Prata, na Faculdade de Direito da Universidade da República do Uruguai (UDELAR), se ferisse intensa discussão acadêmica, unindo teoria e empiria na abordagem do fenômeno sócio-político-jurídico.

Assim e por meio de abordagem multi e interdisciplinar, o GT "Sociedade, Conflito e Movimentos Sociais" proporcionou, entre outros aspectos, o intercambio sobre a nova agenda dos movimentos sociais. Os artigos utilizaram metodologia construtivista, mostrando a nova agenda de pesquisa das ciências jurídicas.

Por tudo, tem-se a certeza de que, mais uma vez, o GT "Sociedade, Conflito e Movimentos Sociais" cumpriu com os objetivos a que se propõe, nomeadamente o de levar à comunidade acadêmica e à sociedade uma contribuição relevante acerca da problemática dos movimentos sociais. E espera-se que a leitura dos trabalhos aqui publicados, tanto os de cunho normativo quanto os de feição empírica, contribuam para enriquecer o cabedal de conhecimento sobre a temática geral do V Encontro, a saber, as "instituições e o desenvolvimento no momento atual da América Latina".

Prof. Dr. José Miguel Busquets - Universidade da República do Uruguai (UDELAR)

Prof. Dr. Filomeno Moraes - Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

AS PROFANAÇÕES INVOLUNTÁRIAS AO CAPITALISMO NA MODERNIDADE LÍQUIDA: ROLEZINHOS, CONFORMISMO E RESISTÊNCIA

THE INVOLUNTARY PROFANATIONS TO CAPITALISM IN LIQUID MODERNITY: ROLEZINHOS, CONFORMISM AND RESISTANCE

Diego de Oliveira Silva [1]

Resumo

O presente trabalho visa a estudar os mecanismos de exclusão social desenvolvidos pelo sistema capitalista liberal vigente, com a quase total submissão das classes exploradas. Objetiva-se, ainda, analisar a conversão desse sistema na religião predominante na sociedade atual e as possibilidades efetivas de se profanar seus ritos. O desenvolvimento do trabalho passa, pela análise das características da cultura popular brasileira, capazes de produzir mecanismos de resistência involuntários. Do mesmo modo, será analisado o fenômeno dos rolezinhos, como forma efetiva de profanação ao sistema. Concluir-se-á com a análise a respeito da possibilidade da utilização dos rolezinhos como infiltrações eficazes no capitalismo.

Palavras-chave: Capitalismo, Religião, Profanação, Rolezinhos

Abstract/Resumen/Résumé

This paper aims to study the mechanism of social exclusion developed by liberal capitalist system, with the almost total submission of the exploited classes. The purpose is also to check how this system has become the predominant religion in today's society and the effective ways to desecrate their rites. The development involves the analysis of the characteristics of Brazilian popular culture, capable of producing involuntary resistance mechanisms. Likewise, the phenomenon of rolezinhos will be considered as form of desecration of the system. It will conclude with the analysis about de utilization of rolezinhos as a form of infiltration on capitalism.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Capitalism, Religion, Profanation, Rolezinhos

[1] Doutorando em Direito Público pela PUC/MG; Membro do NUJUP – PUC/MG; Mestre em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela ESDHC; Especialista em Direito Ambiental; Defensor Público Federal; Ex-Procurador do Estado/MG.

1 INTRODUÇÃO

A diversidade de nomes empregados para definir o atual estágio de desenvolvimento da sociedade (pós-modernidade, segunda modernidade, modernidade tardia, ultramodernidade, modernidade líquida) não impede que se indiquem algumas caraterísticas principais reconhecidas, quase unanimemente, pela doutrina.

Com efeito, a prevalência do capitalismo liberal que, por sua vez, se sustenta pela criação de desejos universais através da propaganda, pelo individualismo concorrencial, e pela omissão do conflito de classe, é característica inegável desse período.

Engrenagem essencial desse sistema é a rede mundial de computadores, que possibilita a criação de desejos em escala mundial, ao mesmo tempo em que despersonaliza as relações, que passam a ocorrer, primordialmente, de modo virtual.

Trata-se, evidentemente, do funcionamento perfeito de engrenagens que determinam exclusão social e, mais do que isso, a naturalizam e encriptam, diante da universalização do desejo de pertencimento.

Sendo assim, o enfrentamento direto desse sistema se mostra cada vez mais distante ou até impossível, uma vez que não parece mais factível o convencimento da própria classe explorada de sua própria exploração.

No entanto, alguns autores ousam apontar caminhos diversos capazes de proporcionar infiltrações nesse muro bem construído de exclusão e exploração social, com aspecto de includente, democrático e universal. Nesse contexto, Giorgio Agambem propõe que sejam efetuadas profanações dos ritos que sustentam o mito dessa nova religião capitalista.

Essa profanação, assim como aquela produzida pelas crianças que praticam atos religiosos ritualísticos em contexto absolutamente desvinculado do mito em homenagem ao qual foram criados e que é por eles sustentado, não deve, necessariamente, ser totalmente voluntária.

Nesse contexto, o recente fenômeno dos rolezinhos parece indicar uma forma proveitosa de infiltração, ao profanar, ainda que diante de um aspecto aparentemente conformista, dois importantes templos da modernidade, quais sejam, a internet e os shoppings centers.

Para que a análise sugerida seja mais profunda e proveitosa, será inicialmente realizado um estudo a respeito da modernidade líquida e suas características principais, do capitalismo liberal atualmente vivido como uma religião, bem como da importância da internet e dos centros comerciais nesse sistema e dos ritos e mitos a ele ligados.

Posteriormente, será realizada análise a respeito dos conceitos e das possíveis manifestações de infiltração e profanação, assim como das maneiras como que se poderia profanar o capitalismo liberal moderno.

A partir de tais análises preliminares, será verificado o fenômeno recente dos rolezinhos, como manifestação de conformismo e resistência das classes exploradas ao sistema vigente.

Do mesmo modo, será analisado se tais movimentos populares podem ser tomados como profanações ao sistema vigente e, principalmente, se podem ser consideradas infiltrações contundes a esse sistema.

A conclusão será no sentido de verificar se essa mistura de conformismo e resistência ao padrão dominante, comum na cultura popular brasileira, manifestada pelos rolezinhos, representa possibilidades de rompimento efetivo, evidentemente, somadas a outras tantas infiltrações, com o sistema excludente e opressor vigente.

2 IDENTIFICAÇÃO DOS MITOS, RITOS E TEMPLOS DA MODERNIDADE LÍQUIDA

Diante da identificação de diferentes características apontadas como principais em muitos estudos, diversos nomes têm sido empregados para definir o atual período da história, especialmente em razão da identidade, avanço ou manutenção do sistema moderno, tais como pós-modernidade, modernidade tardia, segunda modernidade, modernidade reflexiva, modernidade líquida, entre outros.

Tendo em vista que a identificação dos templos a serem profanados pela prática a ser estudada no presente texto parece melhor definida nos estudos de Zygmunt Bauman, se utilizará o termo modernidade líquida, adotado pelo autor.

Nesse passo, ainda que com divergências quanto a importância ou primazia de cada característica, não se pode olvidar para o fato de que o mencionado estágio de desenvolvimento da sociedade é marcado pelo apego à razão técnica, pela prevalência do sistema capitalista liberal, pela desregulamentação e privatização, e pelo

individualismo consumista, que exclui aqueles incapazes de adquirir os bens tão rapidamente inventados e descartados pelas novas tecnologias.

Nesse contexto, impossível contestar o avanço tecnológico, sem precedentes, atualmente verificado, nem mesmo, por óbvio, a necessidade de se descartar rapidamente os produtos criados pela tecnologia, através de um sistema que demanda a criação e extinção de relações (não apenas econômicas, mas também sociais e pessoais) em velocidade cada vez maior.

Assim, e tendo em vista a necessidade de impedir qualquer entrave às modificações requeridas para manutenção desse sistema, imperiosa seria a superação do modelo de desenvolvimento amparado pelo Estado, verificado na modernidade, e sua substituição pela desregulamentação e privatização, surgindo a crença de que o mercado seria suficiente para regular as relações sociais de modo a permitir o seu desenvolvimento e avanço com a rapidez exigida.

> Em vez de um desenvolvimento harmónico dos três princípios da regulação – Estado, mercado e comunidade –, assistimos geralmente ao desenvolvimento excessivo do princípio do mercado em detrimento do princípio do Estado e do princípio da comunidade. Desde a primeira vaga industrial – com a expansão das cidades comerciais e o aparecimento de novas cidades industriais no período do capitalismo liberal – até ao espetacular desenvolvimento dos mercados mundiais – com o aparecimento de sistemas de produção de dimensão mundial, a industrialização do Terceiro Mundo e a emergência de uma ideologia mundial de consumismo no actual período do "capitalismo desorganizado" –, o pilar da regulação sofreu um desenvolvimento desequilibrado, orientado para o mercado. (SANTOS, 2001, p.57)

Com efeito, na modernidade líquida, a "mão invisível do mercado" é responsável por determinar quem é puro e deve ser levado em conta, e quem é "viscoso" (BAUMAN, 1998) e deve ser simplesmente omitido, descartado. Assim, resta evidente que, atualmente, os pobres, aqueles que não conseguem garantir a satisfação das necessidades impostas pela sedução do mercado, são os impuros que devem ser excluídos.

> Uma vez que o critério de pureza é a aptidão de participar do jogo consumista, os deixados fora como um "problema", como a "sujeira" que precisa ser removida, são *consumidores falhos* – pessoas incapazes de responder aos atrativos do mercado consumidor porque lhes faltam recursos requeridos, pessoas incapazes de ser "indivíduos livres" conforme o senso de "liberdade" definido em função do poder de escolha do consumidor. São eles os novos "impuros", que não se ajustam ao novo esquema de pureza. Encarados a partir da nova perspectiva do mercado consumidor, eles são redundantes – verdadeiramente "objetos fora do lugar" (BAUMAN, 1998, p.24)

Há, portanto, um afastamento daquelas pessoas incapazes de responder à sedução do mercado. Tais pessoas são relegadas, não a segundo plano na sociedade, mas sim à completa invisibilidade e sonegação de direitos, diante de sua incapacidade de contribuir com a movimentação do mais importante motor social.

Assim, para que se mantenha o mito de que é impossível a superação do modelo capitalista liberal moderno, impõe-se a despersonalização das relações, com a consequente desmobilização dos grupos excluídos, o que ocorre pela universalização dos desejos através da propaganda e a consequente busca individual e concorrencial pela participação nos rituais de compra, tornando essenciais nesse sistema a internet (propaganda e despersonalização) e os grandes centros de compra (ritual de compras devidamente protegido contra os "impuros).

2.1 Universalização e exclusão, internet e shoppings: germes de conformismo e resistência

Diante do contexto anteriormente descrito, não é difícil concluir que, com objetivo de garantir a manutenção do sistema social amplamente vinculado ao mercado, e uma vez que é necessário dar a devida destinação aos produtos tão rapidamente inventados, ainda que absolutamente desnecessários, pelo avanço tecnológico, necessário seria aperfeiçoar formas de sedução, de modo a garantir o interesse de todos por produtos de qualquer espécie. Desse modo, através de eficiente propaganda, é possível ao mercado incutir no imaginário geral um desejo incontrolável por algo que, à primeira vista, seria totalmente inútil, ou, ao menos não seria de primeira necessidade.

No entanto, para ser plenamente eficiente a propaganda deve atingir número cada vez maior de pessoas, mesmo aquelas incapazes de atender ao impulso de sedução estrategicamente difundido pelo mercado.

> A sedução do mercado é, simultaneamente, a grande igualadora e a grande divisora. Os impulsos sedutores, para serem eficazes, devem ser transmitidos em todas as direções e dirigidos indiscriminadamente a todos aqueles que os ouvirão. No entanto, existem mais daqueles que podem ouvi-los do que daqueles que podem reagir do modo como a mensagem sedutora tinha em mira fazer desaparecer. (BAUMAN, 1998, p.55)

A incapacidade de atender os apelos do mercado não apenas gera a invisibilidade social, mas também, diante do desejo de participar do jogo mercadológico e da vontade de ser visível, a passividade, quase completa, em relação à situação de exploração, opressão e exclusão social.

> Os que não podem agir em conformidade com os desejos induzidos dessa forma são diariamente regalados com o deslumbrante espetáculo dos que podem fazê-lo. O consumo abundante, é-lhes dito e mostrado, é a marca do sucesso e a estrada que conduz diariamente ao aplauso público e à fama. Eles também aprendem que possuir e consumir determinados objetos, e adotar certos estilos de vida, é a condição necessária para a felicidade, talvez até para a dignidade humana. (BAUMAN, 1998, p.55)

Assim, além do evidente objetivo de manter intactas as engrenagens capitalistas, a propaganda deve garantir a despersonalização das relações, de modo a evitar a desmobilização da classe explorada e excluída e, consequentemente, o risco (ainda que já bastante reduzido) do advento de uma revolução a evidenciar a tensão e luta de classes ainda existente, não obstante dissimulada.

Com efeito, a resposta atual à tensão, com objetivo de manutenção do *status quo*, não se faz mais pela violência física e contrarrevolução evidenciada, mas por formas menos evidentes de controle e opressão, chamadas por Pierre Bourdieu de "poder simbólico".

> A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU, 2012, p.11)

Nesse cenário, a internet cumpre papel essencial, uma vez que, ao mesmo tempo, é difusora e criadora dos desejos necessários aos impulsos consumistas, agora transmitidos em escala global, e engrenagem de despersonificação, ao garantir que as relações entre as pessoas ocorram, cada vez mais independentemente de contato físico, através das chamadas redes sociais.

No mesmo passo, os desejos criados devem ter espaço ideal para sua satisfação, capazes de garantir que as compras se realizem em local protegido daqueles que não conseguem, não obstante pretendam, participar do jogo mercadológico, ou seja, protegidos dos impuros, não humanos, "humanos não direitos".

Esses locais, que também têm dupla função no sistema descrito (garantir a possibilidade de realização dos desejos e excluir os impuros), são os grandes centros de compra, capazes de substituir o Estado na função de excluir as impurezas do sistema.

> O serviço de separar e eliminar esse refugo do consumismo é, como tudo o mais no mundo pós-moderno, desregulamentado e privatizado. Os centros comerciais e os supermercados, templos do novo credo consumista, e os estádios, em que se disputa o jogo do consumismo, impedem a entrada dos consumidores falhos a suas próprias custas, cercando-se de câmeras de vigilância, alarmes eletrônicos e guardas fortemente armados; assim fazem as comunidades onde os consumidores afortunados e felizes vivem e desfrutam de suas novas liberdades; assim fazem os consumidores individuais, encarando suas casas e seus carros como muralhas de fortalezas permanentemente sitiadas. (BAUMAN, 1998, p.24)

Assim, se é certo que, tanto a internet como os shoppings centers, não têm apenas essas funções no sistema moderno, também é correto afirmar que se tratam de templos (virtual e físico) essenciais ao mito da infalibilidade do mercado no capitalismo liberal que são responsáveis pela criação e propagação universal dos desejos e, ao mesmo tempo, designados para promover a separação entre visíveis e invisíveis da sociedade moderna.

Essa contradição entre universalização (do desejo) e necessária exclusão (no acesso), essenciais à manutenção do sistema capitalista, representam obviamente engrenagem básica na garantia do conformismo dos excluídos. No entanto, como será posteriormente analisado, também pode representar o germe (evidentemente não desejado) da resistência, ao tornar possível visualizar a exclusão social e manutenção da tensão e luta de classes ainda existente, apesar de dissimulada.

3 PROFANAÇÕES VOLUNTÁRIAS E INVOLUNTÁRIAS

Como visto, o capitalismo liberal atingiu na modernidade líquida, um patamar bastante parecido com o religioso, diante da crença na infalibilidade do mercado em garantir a justiça (meritocracia) e salvação (econômica), bem como na impossibilidade de sua superação, diante da ideia de universalização dos desejos e do acesso (desde que se esteja adequado ao padrão exigido.

> Um primeiro ponto que precisamos ter claro quando falamos de "religiosidade do capitalismo" é o fato de que as sociedades modernas não romperam totalmente com a visão mítico-religiosa das sociedades medievais. Na Idade Média, o Paraíso ou a utopia, era objeto de uma esperança escatológica. Ele se localizava após a morte e o fim da história, e era fruto da intervenção divina. Na modernidade esta utopia (Paraíso) foi deslocada da transcendência pós-morte para o futuro, no interior da história humana. Agora a utopia não é mais vista como fruto da intervenção divina pós-morte, mas sim fruto do progresso tecnológico. É o chamado "mito do progresso". Com esse mito, desaparece a noção do limite para ações humanas e surge a ideia de que "querer é poder". (SUNG, 2010, p.29)

Na mesma esteira, se o capitalismo liberal moderno se trata, na verdade, da nova religião, cujo Deus é o mercado, capaz de garantir a salvação universal pelo desenvolvimento tecnológico, alguns ritos sustentam esse mito e garantem adesão a sua causa, perpetuação de sua existência e conformismo daqueles que ainda não encontraram a verdade.

A utilização da rede mundial de computadores e o desejo incontrolável da realização de compras nos grandes centros são parte fundamental desse culto, constituindo-se em ritos essenciais para manutenção do mito mercadológico.

Como anteriormente verificado, tratam-se de dois instrumentos fundamentais para a garantia da desmobilização dos excluídos, diante da fragilidade em que proporciona o relacionamento entre as pessoas, que fica mantido absolutamente despersonalizado, evitando a mobilização, além de fazer a necessária separação dos consumidores falhos, aqueles incapazes de atender as exigências do mercado.

Identificados mito e ritos, além de evidenciada a exclusão e exploração social por eles ocasionadas, necessário verificar a possibilidade de se causar infiltrações no sistema que os mantém, capazes de, em proporção elevada, determinar sua implosão e superação por um sistema mais justo e efetivamente determinante de liberdade e igualdade.

Nesse passo, a identificação desse sistema como religião não é desarrazoada ou meramente literária, mas sim forma de apontar possibilidades de efetiva infiltração através da profanação dos ritos a permitir que sejam atingidos os mitos a que sustentam.

3.1 Formas de profanação aos ritos religiosos

Com efeito, tem-se buscado afastar etimologicamente o termo *religio* da derivação mais difundida de *religare* para aproximá-lo de *relegere*. Ou seja, a religião não teria a função primordial de religar o homem à divindade, mas de eleger e separar os objetos sagrados dos profanos (AGAMBEN, 2007, p.66).

Nesse sentido, profanar seria retomar o uso comum (profano) daqueles objetos ou práticas eleitas como sagradas, o que ocorrerá, nesse sentido, não pela mera incredulidade, mas pela utilização desses instrumentos de modo desvinculado daquele definido pela religião.

Esses usos e práticas, após a dessacralização, assumem significado diverso, que podem determinar o desaparecimento do mito, mesmo diante da manutenção, agora com outro sentido, do rito.

> A passagem do sagrado ao profano pode acontecer também por meio de um uso "ou melhor, de um reuso" totalmente incongruente do sagrado. Trata-se do jogo. Sabe-se que as esferas do sagrado e do jogo estão estreitamente vinculadas. A maioria dos jogos que conhecemos deriva de antigas cerimônias sacras, de rituais e de práticas divinatórias que outrora pertenciam à esfera religiosa em sentido amplo. Brincar de roda era originalmente um rito matrimonial; jogar com bola reproduz a luta dos deuses pela posse do sol; os jogos de azar derivam de práticas oraculares; o pião e o jogo de xadrez eram instrumentos de adivinhação. Ao analisar a relação entre jogo e rito, Émile Benveniste mostrou que o jogo não só provém da esfera do sagrado, mas também, de algum modo, representa a sua inversão. A potência do ato sagrado – escreve ele – reside na conjunção do mito que narra a história com o rito que a reproduz e a põe em cena. O jogo quebra essa unidade: como *ludus*, ou jogo de ação, faz desaparecer o mito e conserva o rito; com o *jocus*, ou jogo de palavras, ele cancela o rito e deixa sobreviver o mito. (AGAMBEN, 2007. p.67)

No caso da religião capitalista moderna, no entanto, o sistema que a sustenta se estruturou de maneira tão eficiente que indica, diante das ferramentas de universalização do desejo e afastamento encriptado e consentido do impuro, a impossibilidade de profanação.

> Mas isso significa que se tornou impossível profanar (ou, pelo menos, exige procedimentos especiais). Se profanar significa restituir ao uso comum o que havia sido separado na esfera do sagrado, a religião capitalista, na sua fase extrema, está voltada para a criação de algo absolutamente Improfanável. (AGAMBEN, 2007 p.71)

Com efeito, não obstante existam as classes exploradas por esse sistema religioso moderno, que se encontram em posição de absoluta impossibilidade de responder, como pretendiam, ao impulso consumista e à satisfação dos desejos criados, não apresentam elas interesse em profanar, uma vez que já convencidas de que seus desejos são aqueles fabricados pela propaganda.

Não por acaso, tantos são os exemplos em que movimentos de minorias lutam, buscam e manifestam apenas o interesse em inclusão, ou seja, o interesse em participar ativamente da religião capitalista da qual estariam afastados e da qual depende sua felicidade e satisfação.

Não se tratam, portanto, de movimentos capazes de profanar, uma vez que invocam meramente um suposto direito de responder aos desejos criados pelo capitalismo, ou seja, o direito de praticar, como todas as pessoas felizes (puras, salvas), os rituais dessa religião universal.

> Não só a divisão social das classes fica dissimulada como processo de

> construção do próprio social (sobretudo quando a ideologia sociológica da "mobilidade social" garante que qualquer membro da massa pode "subir" à elite, desde que seja um indivíduo excepcional), mas também a distinção massa/elite justifica e legitima a subordinação da primeira à segunda. A ideologia considera que a elite está no poder não só porque detém os meios de produção, os postos de autoridade e o Estado, mas porque possui competência para detê-los. A elite detém o poder porque possui o saber. Esse saber permite à elite criar novos conhecimentos pelos quais aumenta seu próprio poderio, ou, como observa Michel Foucault, a elite cria os objetos do conhecimento que se tornam objetos de poder. A elite, diz a ideologia dominante, possui o monopólio do saber e do poder. É constituída não só pelos poderosos, mas pelos especialistas, a elite perfeita sendo aquela na qual o especialista é poderoso, pois cria os objetos do saber e com eles os instrumentos de poder. Ora, isto significa, por um lado, que a "Massa" está desprovida de saber, de fato e de direito, é considerada vazia, passiva, inculta, ignorante, incompetente, precisando ser guiada, dirigira e "educada" (o que seria feito por uma Cultura de e para a Massa, forma menor da cultura dominante, outorgada pela elite). (CHAUI, 1989, p.29)

Além disso, ainda que tivessem qualquer interesse em profanar os rituais capitalistas, a desmobilização provocada pela despersonalização das relações impede qualquer possibilidade de organização efetiva com objetivo profanatório.

> O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de *eufemização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objectivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. (BOURDIEU, 2012, p.15)

Ocorre que, conforme observado, a profanação não ocorre, necessariamente, de forma voluntária, com objetivo de afastar, rechaçar ou destruir o mito ao desvinculá-lo dos ritos que o sustentam. Com efeito, a profanação pode ocorrer até mesmo por mera brincadeira de criança que, ignorando a vinculação entre rito e mito, dá outro significado às práticas ou objetos.

Nesse passo, não se duvida de que a própria religião capitalista é capaz (e talvez não exista sem ela) de produzir uma contradição entre a servidão voluntária e a evidenciação da exclusão insuperável, ao pretender universalizar o desejo ao mesmo tempo em que necessita excluir os incapazes de responder a eles.

Desse contexto, surge a forma de profanação a ser adiante estudada, aquela que se manifesta pela contradição entre conformismo e resistência existente no próprio sistema capitalista moderno, mas que é também característica da cultura popular no Brasil.

4 CONFORMISMO E RESISTÊNCIA

Para a religião capitalista, o surgimento de resistência é algo nefasto e que deve ser afastado com a utilização do poder simbólico, que garante a ideia de universalização e possibilidade de pertencimento ou de inclusão, ou seja, deve ser estimulado o conformismo perante a exclusão e exploração, uma vez que esse sistema garante a todos mecanismos de, com esforço próprio (meritocracia), inclusão e participação.

Não obstante, o afastamento do impuro, do viscoso, também característico e imprescindível à religião capitalista, determina a existência inevitável de posturas resistentes, uma vez que, por óbvio, se há aqueles que não podem participar dos ritos mercadológicos (ainda que se apregoe que se trate de situação momentânea), há aqueles que não professam de forma integral do credo religioso, há alguns não podem estar nos shoppings centers.

O sistema capitalista moderno acredita que pode, através dos diversos mecanismos de ocultação da exclusão e da postura (inevitável) de resistência, impedir o sucesso de qualquer iniciativa profanatória. Ora, sequer há um alvo evidente de eventuais protestos, para aqueles capazes de evitar a postura de servidão voluntária.

> Todas as constelações de poder combinam uma componente cósmica com uma pluralidade de componentes caósmicas. A heterogeneidade entre componentes cósmicas e cáosmicas é responsável pela opacidade fenomenológica das relações de poder na sociedade: enquanto experiências vividas, as constelações de poder tendem a ser reduzidas ou às suas componentes cósmicas ou às suas componentes caósmicas, o que afecta negativamente a eficácia das lutas de resistências contra o poder, dado que este é sempre simultaneamente cósmico e caósmico. (SANTOS, 2001, p.288)

Assim, ainda que existam, possibilidades e momentos em que a classe prejudicada sai do comodismo em que foi colocada pela omissão da tensão atualmente predominante, não é fácil ou normalmente vitoriosa a resistência contra esse poder social, uma vez que a confusão entre o poder cósmico (Estado) e o poder caósmico (poder descentralizado ou informal) característica da modernidade líquida traz dificuldades para as ações de resistência.

Nesse sentido, também como anteriormente destacado, normalmente, as ações de grupos prejudicados se destinam a buscar, diante da já difícil constatação da exclusão, apenas sua inclusão, ou seja, somente a possibilidade de participar ativamente dos ritos religiosos capitalistas.

Alguns aspectos da cultura popular brasileira, no entanto, apontam para uma formação que já contempla, em seu cerne, a ambiguidade do conformismo e resistência,

que não correspondente integral e efetivamente ao desejo capitalista de omissão do conflito.

Com efeito, a formação cultural brasileira acostumou o povo a enxergar as desigualdades (o que já ofende o interesse da religião capitalista) e, ao mesmo tempo, se conformar com ela e fazer uma contraposição invisível, normalmente jocosa, à situação, não se determinando um confronto direto com o sistema (conformismo), mas também não se amoldando a ele (resistência).

> É uma sociedade na qual as leis sempre foram armas para preservar privilégios e o melhor instrumento para a repressão e a opressão, jamais definindo direitos e deveres. No caso das camadas populares, os direitos são sempre apresentados como concessão e outorga feitas pelo Estado, dependendo da vontade pessoal ou arbítrio do governante. Situação que é claramente reconhecida pelos trabalhadores quando afirmam que "a justiça só existe para os ricos", e que também faz parte de uma consciência social difusa, tal como se exprime num dito muito conhecido no país: "para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei". Como consequência, é uma sociedade na qual as leis sempre foram consideradas inúteis, inócuas, feitas para serem violadas, jamais transformadas ou contestadas. (CHAUI, 1986, p.54)

Desse modo, não obstante seja projeto praticamente acabado do capitalismo a abrangência global, bem como que esse intento determina a superação da resistência através da sedução e, consequentemente, da própria impossibilidade de enxergar a exploração e a exclusão, a cultura popular no Brasil ainda apresenta características capazes de resistir às imposições dessa religião moderna.

Como já adiantado ao longo do texto, tal resistência não se determina pela vontade consciente e deliberada de enfrentar as desigualdades ou de lutar contra a injustiça, nem mesmo de buscar inclusão. Ela, ao contrário, se caracteriza pela mera não aderência ao rito como expressão e culto ao mito.

> Entre as instituições formais e econômicas da sociedade global, entre as dificuldades dos longos percursos ao trabalho e deste à casa, entre o medo dos assaltos e, sobretudo, da arbitrariedade policial, entre a individuação abstrata da carteira profissional e as humilhações constantes nas longas filas de espera ou diante dos guichês dos serviços públicos, entre o espaço hostil e ameaçador da grande cidade e a privacidade da casa, a população da "periferia" cria um espaço próprio no qual os símbolos, as normas, os valores, as experiências, as vivências, permitem reconhecer as pessoas, estabelecer laços de convivência e de solidariedade, recriar uma identidade que não depende daquela produzida pela sociedade mais ampla. É no "pedaço" que se realiza o lazer coletivo. Festas de aniversário, de casamento, de batizado, torneios de futebol, festivais de música, bailes. No "pedaço" convivem, lado a lado, o "terreiro" de umbanda, o templo pentecostal, a capela católica, a sede da associação dos amigos do bairro (CHAUI, 1986, p.70)

O exemplo exposto no trecho acima se refere à resistência das classes excluídas à padronização, à desmobilização e à fragilização das relações buscada pelo Estado

quando da construção de moradias populares, também com o objetivo de afastar os impuros dos centros urbanos.

No caso mencionado, como visto, não houve qualquer manifestação direta de inconformismo ou de luta, apenas uma ausência de adesão involuntária e não planejada ao projeto dominante.

Esse aspecto de resistência existente na cultura popular brasileira, que não se faz por meio de enfrentamento direito, nem mesmo por tentativas de inclusão no sistema, à toda evidência, se assemelha ao conceito de profanação anteriormente descrito.

Assim, a profanação está (ainda que a finalização do projeto capitalista possa conduzir a caminho diverso) enraizada na cultura popular brasileira, que pode (aliás, já está acontecendo) se constituir em caminho possível para infiltração e implosão da religião capitalista moderna.

No mesmo sentido dos exemplos mencionados no presente tópico, será a seguir analisado o fenômeno dos rolezinhos, como manifestação desse aspecto fundamental da cultura popular brasileira, e exemplo de profanação aos ritos da religião capitalista.

5 ROLEZINHOS E A PROFANAÇÃO COM JEITINHO BRASILEIRO

Recentemente, mais especificamente, no final de 2013, grupos de jovens, especialmente moradores de favelas, marcaram, através de contatos nas redes sociais (internet), encontros nos shoppings centers, inicialmente na capital do Rio de Janeiro e, posteriormente, em quase todo o Brasil.

Esses encontros tiveram o objetivo único de “desvirtualizar” as amizades, possibilitando contato pessoal e físico entre os jovens, enquanto passeavam pelos centros de compra e ouviam, em alto e bom som, o ritmo mais difundido nas favelas naquela ocasião, o *funk*.

Diante da utilização das redes sociais para alastrar o convite, e da facilidade de se encontrar e de se locomover aos locais designados, uma vez que os shoppings centers são servidos por intensa rede de transporte público, os rolezinhos chegaram a contar, em alguns eventos, com até 2,5 mil pessoas.

Vale destacar que, por óbvio, por se constituir a maioria dos participantes de jovens integrantes de famílias pobres, moradores de favelas, não tinham qualquer

objetivo de comprar absolutamente nada nas lojas que os rodeava. Aliás, nem mesmo uma olhadela nos produtos parecia ser o interesse geral.

Não é demais ressaltar, do mesmo modo, que os encontros não tinham qualquer objetivo ilícito, como de furtar lojas, comerciantes ou "usuários usuais" dos shoppings, nem a prática de qualquer outro crime definido em leis penais.

> O chamado rolezinho, como todos sabemos, é uma recente manifestação de pessoas da periferia que ocorre no interior de shopping centers, geralmente combinada por meio das redes sociais, caracterizada pela presença de um grande número de jovens que se encontram e provocam alguma barulheira, tanto pelas músicas do gênero funk que costumam cantar nessas ocasiões quanto pela algazarra típica de qualquer encontro juvenil. Pelo que se sabe, o tal rolezinho é só isso, nada mais. Então, por que será que ele provoca tanta reação e até medo por parte dos proprietários de Shopping Centers, por parte das "autoridades constituídas" responsáveis pela manutenção da ordem e também por parte dos naturais frequentadores desses novos e suntuosos templos do consumismo? (MACHADO, 2015, p.12)

No entanto, a característica do movimento e de seus participantes, bem como a avidez por pureza dos não participantes atingidos, causou imediata reação de comerciantes e frequentadores dos shoppings que, incialmente, acionaram a polícia indicando a existência de crimes (quais ainda não se sabe) e, posteriormente, o Poder Judiciário, para garantia do direito de propriedade.

> INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. INOCORRÊNCIA. AUTOR IMPEDIDO DE INGRESSAR EM SHOPPING CENTER POR SER MENOR DESACOMPANHADO DE RESPONSÁVEL E POR CONTA DA NOTÍCIA DE OCORRÊNCIA DE "ROLEZINHO" NO LOCAL. CONTEXTO FÁTICO QUE JUSTIFICA A MEDIDA ACAUTELATÓRIA TOMADA PELO DEMANDADO. INEXISTÊNCIA DE ILICITUDE NA CONDUTA DO PREPOSTO. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DE BEM ZELAR PELA SEGURANÇA DOS CLIENTES DO ESTABELECIMENTO. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUE A ABORDAGEM HAJA SE DADO DE FORMA CONSTRANGEDORA. AUTOR QUE, POSTERIORMENTE, JÁ ACOMPANHADO POR RESPONSÁVEL, TEVE O ACESSO LIBERADO AO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO. CASO EM QUE FERIDA MERA SUSCETIBILIDADE DO DEMANDANTE, O QUE NÃO TRADUZ DANO. DECISÃO DE PROCEDÊNCIA DA DEMANDA AFASTADA. SUCUMBÊNCIA ATRIBUÍDA AO AUTOR. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO. (BRASIL, Tribunal de Justiça de São Paulo, Apelação Cível nº 1009239-72.2014.8.26.0114, Relator Desembargador Vito Guglielmi, Sigla do Órgão TJSP, 6ª Câmara de Direito Privado, Divulgação 19/03/2015, DJE Publicação 20/03/2015)

Fato é que, mesmo diante de prisões (ilegais como de costume) e proibições dos estabelecimentos, com respaldo judicial, fundadas no "direito" dos menores (apenas os negros e favelados, por óbvio), de se fazerem acompanhar pelos pais nos passeios ao shopping, não se teve notícia séria a respeito de crime praticado durante os encontros, não obstante tenha se criado a alegoria fantasmática, com base em notícias veiculadas em órgãos de imprensa panfletários e reacionários (como a Revista Veja -

http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/ferando-haddad-vira-lider-dos-rolezinhos-em-sao-paulo/) de que os rolezinhos se prestavam ao cometimento de crime.

A visão reducionista predominante no Brasil atual, especialmente daqueles alinhados a um pensamento conservador e retrógrado, de imediato, tentaria desqualificar a presente análise ao questionar a existência de algum aspecto da cultura popular brasileiro nos rolezinhos. Afinal, o *funk* não se trata de música criada e desenvolvida no Brasil, além de, a princípio, em nada se relacionar ao desenvolvimento da cultura nacional.

Sob esse aspecto, e já prevendo tal crítica é que se fez questão de incluir no trabalho o tópico anterior de modo a evidenciar os aspectos da cultura popular brasileira presentes na manifestação dos rolezinhos.

Com efeito, é importante destacar que, por óbvio a música *funk* se trata de importação e imposição de cultura de massas ao povo. No entanto, a cultura popular se diferencia da cultura do povo exatamente quanto à sua formação.

> Em contrapartida, seria interessante indagar por que falar em 'cultura do povo' em lugar de 'cultura popular'. É plausível supor que a escolha da primeira expressão em vez da segunda tenha o mérito de procurar um caminho que nos resguarde de ambigüidade presente no termo 'popular'. Considerar a cultura como sendo do povo permitiria assinalar mais claramente que ela não está simplesmente no povo, mas que é produzida por ele, enquanto a noção de 'popular' é suficiente ambígua para levar à suposição de que representações, normas e práticas porque são encontradas nas classes dominadas são, ipso facto, do povo. Em suma, não é porque algo está no povo que é do povo. (CHAUI, 2007, p.53)

Ainda sob esse aspecto, importante destacar que as influências da cultura de massas (popular) na cultura do povo, não é suficiente a retirar e impedir a manifestação das características do que é produzido pelo povo. Pelo contrário, tendo em vista que a cultura do povo não pode ser considerada imutável e imune a influências, tem suas características reforçadas exatamente pela "apropriação ou oposição a outras expressões culturais" (Chauí, 1986, p.40).

Além disso, a cultura popular brasileira é ressaltada especialmente pelo que consegue realizar de modo oculto e não de modo organizado ao enfrentamento. Assim, o estilo de música ouvida nos rolezinhos em nada altera a principal característica ressaltada no presente trabalho a respeito da cultura popular brasileira, qual seja, a capacidade de resistência implícita ao padrão vigente.

> Em contrapartida, as ações e representações da Cultura Popular se inserem num contexto de reformulação e de resistência à disciplina e à vigilância. Nela, o silêncio, o implícito, o invisível são, frequentemente, mais importantes do que o manifesto (CHAUI, 1986, p.33)

Nesse contexto, os rolezinhos se mostram como forma de profanação com incontestável jeitinho brasileiro. Com efeito, como destacado, os encontros (presenciais, físicos) são marcados através da internet, das redes sociais virtuais.

Assim, a internet, instrumento capitalista de fragilização dos relacionamentos, despersonalização e desmobilização é utilizado para o agendamento coletivo de um evento que, sem qualquer pretensão de ser, é consideravelmente grande. Esse templo virtual do capitalismo é, portanto, de modo inconsciente e insidioso, utilizado pelos excluídos, de modo profano, bastante diverso do objetivo para o qual produzido.

Perde a internet nos rolezinhos o uso sacro de manifestação despersonalizada de desejos consumistas, de ostentação de riquezas e busca pelo aplauso geral, e passa a ser instrumento de reunião física, sem qualquer objetivo consumista.

Pior do que isso (obviamente para os adoradores da nova e supostamente inevitável religião capitalista liberal moderna), as reuniões são designadas, sem qualquer intenção de consumo, no templo do consumismo, por pessoas absolutamente fora do padrão de pureza dos frequentadores dos shoppings centers.

Assim, a um só tempo, os rolezinhos, sem qualquer manifestação expressa de inconformismo com o sistema capitalista atual ou de luta por igualdade, inclusão ou coisa que o valha, profana dois templos e rituais da modernidade, dando significado complemente divorciado daquele sacralizado pelo sistema.

Os rolezinhos, de modo implícito, bem característico da cultura popular brasileira, tornam comum o uso de dois objetos sacros, escolhidos pela religião capitalista para separação dos puros e impuros, visíveis e invisíveis, humanos e não humanos.

Não por outra razão, assim como quando da edição do *Malleus Maleficarum*, representantes importantes da religião capitalista (tais como o Poder Judiciário) buscam encontrar mecanismos para caçar as bruxas praticantes dos rolezinhos. Esse trabalho de caça às bruxas, no entanto, parece um pouco mais árduo, uma vez que deve seguir as trilhas da encriptação, evitando tornar evidente a exploração e a exclusão necessárias para a manutenção do capitalismo liberal.

Assim, se torna necessária a difusão da alegoria da prática de crimes, ofensa ao patrimônio, e talvez até do intento e aspirações bolivarianas (o novo demônio do capitalismo brasileiro) dos participantes dos rolezinhos.

Desse modo, fica evidenciado, através da utilização do fenômeno dos rolezinhos, a capacidade profanatória da cultura popular brasileira, e a possibilidade de que cause, talvez por meio de estruturação ocasionada por instituições afetas ao tema, como a Defensoria Pública (proposta a ser melhor analisada em outros trabalhos), infiltrações importantes e efetivas no sistema capitalista moderno.

6 CONCLUSÃO

A análise realizada no presente trabalho pretendeu evidenciar que a sociedade atual, não obstante ainda mantenha características próprias referentes a diversos aspectos, tais como a própria localização geográfica e histórica, se encontra em um estágio de desenvolvimento marcado pela prevalência do capitalismo liberal, do individualismo, do consumismo e da despersonalização e fragilidade das relações.

Essas características causam grave exploração e exclusão social, não obstante o próprio sistema busque naturalizar e conformar a classe explorada através da difusão da ideia de universalidade e possibilidade de acesso.

Nesse contexto, o capitalismo liberal ganhou contornos e características de uma verdadeira religião, capaz de apontar caminhos para a felicidade e para a salvação, tudo a depender do esforço pessoal individual.

Diante disso, e da sacralização de ritos que sustentam o mito capitalista liberal, foi realizado estudo a respeito da possibilidade de profanação desses rituais, de modo a causar infiltrações no sistema e permitir sua superação.

No caso do capitalismo liberal, foram apontadas a internet e os shoppings centers como templos e rituais dessa nova religião, capazes de sustentar o mito e manter o conformismo dos impuros.

No mesmo passo, foi constatada a quase impossibilidade de afronta direta e organizada ao mito capitalista, especialmente diante da universalização do desejo a garantir a aparentemente completa inviabilidade de formação de um movimento de enfrentamento organizado do sistema.

Nesse contexto, diante da análise dos principais aspectos da cultura popular brasileira, foi identificada a possibilidade de resistência invisível e não organizada, capaz de profanar os ritos que lhes foram historicamente impostos.

O estudo a respeito dessa característica de resistência invisível e não premeditada da cultura popular brasileira, levou à análise dos rolezinhos, como manifestação dessa cultura e como forma de profanação eficiente aos ritos capitalistas.

Pretendeu-se, portanto, no presente estudo, através de análise dos principais aspectos da cultura popular brasileira, analisar a importância dos rolezinhos como forma eficiente e possível de profanação aos ritos capitalistas.

Evidentemente, a mera observação do fenômeno não é suficiente para indicar caminho efetivo a causar infiltrações no sistema capitalista. No entanto, também como ressaltado, trata-se de identificação inicial de caminhos viáveis, que podem ser sistematizados e devidamente utilizados em contexto mais amplo e eficaz.

7 REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo. 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaios sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar. 2012.

_____. **Lineamenti di uma sociologia marxista**. Roma: Editori Riuniti. 1964.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar. 2001.

_____. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar. 1998.

BOFF, Leonardo. **E a igreja se fez povo.** eclesiogênese: a igreja que nasce da fé do povo. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Ética e moral**: a busca dos fundamentos. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Igreja**: carisma e poder. São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.1988.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Perseu Abramo, 2006. 148p.

_____. **Convite à filosofia.** 14.ed. São Paulo: Ática. 2011.

_____. **Conformismo e resistência:** aspectos da cultura popular no brasil. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 34.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____.**Pedagogia do oprimido**. 50.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Unesp. 1991.

GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. 2.ed. São Paulo: Unesp. 2012.

MACHADO, Antônio Alberto. Rolezinhos e as novas catedrais. In: **Dossiê rolezinhos**: shopping centers e violação de direitos humanos no Estado de São Paulo. Ribeirão Preto: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto: FDRP/USP, 2015.

MATTOS, Virgílio de; PINTO, João Batista Moreira (org.). **A legibilidade de ilegível**. Belo Horizonte: Fundação MDC. 2006.

NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes. 2011.

PINTO, João Batista Moreira; SOUZA, Eron Geraldo de. **Os direitos humanos como um projeto de sociedade**: desafios para as dimensões política, socioeconômica, ética, cultural, jurídica e socioambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2015.

RESTREPO. Ricardo Sanín. Cinco tesis desde el Pueblo oculto. **Oxímora Revista Internacional de Ética y Política**. n.1. p. 10-39. 2012.

_____. **Teoría crítica constitucional**: la democracia a la enésima potencia. Valência: Tirant Lo Blanch. 2014.

SAMPAIO, José Adércio Leite (org.). **Crise e desafios da constituição**. Belo Horizonte: Del Rey. 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. Vol. I. 3.ed. São Paulo: Cortez. 2001.

_____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4.ed. São Paulo: Graal. 2006.

_____. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 14.ed. São Paulo: Cortez. 2013.

_____. Poderá o direito se emancipatório? **Revista crítica de ciências sociais**. n.65. p.3-37. 2003.

_____.**Um discurso sobre as ciências**. 7.ed. São Paulo: Cortez. 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina. 2009.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 27. ed. São Paulo: Malheiros. 2006.

_____. **Ordenação constitucional da cultura**. São Paulo: Malheiros. 2001.

SUNG, Jung Mo. **Desejo, mercado e religião**. 4.ed. São Paulo: Fonte Editorial. 2010.

ŽIŽEK, Slavoj. **Elogio da intolerância**. Lisboa: Relógio D´água Editores. 2007.

_____. **Em defesa das causas perdidas**. São Paulo: Boitempo. 2011.